

Paula Sibilía

Universidade Federal

Fluminense – UFF

Email: paula_sibilía@id.uff.br



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Da hipocrisia aos cinismos: Transformações do “solo moral” nas democracias contemporâneas

*From hypocrisy to cynicism:
Transformations of the “moral ground” in
contemporary democracies*

*De la hipocresía a los cinismos:
Transformaciones del “suelo moral” en las
democracias contemporâneas*

Sibilía, P. Da hipocrisia aos cinismos: Transformações do “solo moral” nas democracias contemporâneas. *Revista Eco-Pós*, 26(01), 324–348. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28055>

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28055

RESUMO

Este ensaio propõe que estariam ocorrendo transformações no “solo moral” em que se baseiam as práticas comunicativas e as subjetividades contemporâneas, assinalando alterações nos valores e crenças em vigor. Faz tempo que está em declínio a “hipocrisia burguesa” que norteou os projetos modernizadores, impulsionados pelas revoluções industriais com seus ímpetos disciplinares e suas instituições públicas seculares. Entre os escombros brotam vozes antes silenciadas, reivindicando direitos e denunciando opressões. No mesmo terreno, porém, também germinam certos “cinismos” afinados com o ideário neoliberal e tendências autoritárias, que desprezam antigos consensos acerca do bem comum e da democracia, defendendo as liberdades individuais em termos mercadológicos e uma legitimação inédita da violência explícita. Examinam-se alguns sintomas desta complexa transformação histórica: *fake news*, negacionismos e “pós-verdade”, bem como os *trolls* e *haters* da internet.

PALAVRAS-CHAVE: *Subjetividade contemporânea; Moralidade; Verdade; Fake News.*

ABSTRACT

This essay proposes that some transformations are taking place in the "moral ground" that serves as the basis of contemporary communicative practices and subjectivities, signalling significant changes in current values and beliefs. The "bourgeois hypocrisy", which guided the modernizing projects driven by the industrial revolutions with its disciplinary impulses and its secular public institutions, has been in decline for some time now. Amidst the rubble, previously silenced voices are emerging, claiming rights and denouncing oppression. In the same terrain, however, certain "cynicisms" (in tune with neoliberal ideology and new authoritarianisms) also germinate, which disregard the old consensus about the common good and democracy, prioritizing individual freedoms in market terms and an unprecedented legitimization of explicit violence. Among the symptoms of this complex historical transformation, we will focus fake news, denialism and "post-truth", as well as internet trolls and haters.

KEYWORDS: *Contemporary subjectivity; Morality; Truth; Fake News.*

RESUMEN

This essay proposes that some transformations are taking place in the "moral ground" that serves as the basis of contemporary communicative practices and subjectivities, signalling significant changes in current values and beliefs. The "bourgeois hypocrisy", which guided the modernizing projects driven by the industrial revolutions with its disciplinary impulses and its secular public institutions, has been in decline for some time now. Amidst the rubble, previously silenced voices are emerging, claiming rights and denouncing oppression. In the same terrain, however, certain "cynicisms" (in tune with neoliberal ideology and new authoritarianisms) also germinate, which disregard the old consensus about the common good and democracy, prioritizing individual freedoms in market terms and an unprecedented legitimization of explicit violence. Among the symptoms of this complex historical transformation, we will focus fake news, denialism and "post-truth", as well as internet trolls and haters.

PALABRAS CLAVE: *Subjetividad contemporánea; Moralidad; Verdad; Fake News.*

Submetido em 09 de março de 2023

Aceito em 13 de junho de 2023

O fim de uma era

Entre as muitas transformações que têm se precipitado nos últimos tempos, coincidindo com o ainda nascente — embora já muito conturbado — século XXI, é impossível não enxergar a substituição do arsenal analógico pelo digital nas práticas comunicacionais. Há um ingrediente dessa metamorfose, porém, mais sutil ou ambigualmente imperceptível: trata-se de um deslocamento nas bases morais sobre as quais se constituem as subjetividades. Uma alteração que subjaz a várias rupturas entre o regime moderno e o contemporâneo; e que, justamente por isso, pode ajudar a compreender um conjunto de problemáticas inéditas que afetam a nossa atualidade e requerem urgentes debates.

Em que consiste esse deslocamento histórico? Ele é fruto de uma série de terremotos (e a consequente desertificação) no solo que sustentava o edifício inteiro da era moderna, irrigado por valores e crenças de época que foram se esgotando. Assim têm desabado os alicerces dessa era que, hoje, constatamos ter chegado ao fim. Se a moral burguesa que embebeu os cimentos da modernidade era *hipócrita* por definição, mesmo de maneira tácita ou convenientemente dissimulada nas melhores intenções, o mundo atual parece ter assumido desconcertantes tons *cínicos*. Eis a principal jazida a ser explorada neste ensaio, com o fim de cartografar a emergência de alguns fenômenos contemporâneos como as *fake news*, os negacionismos, a “pós-verdade” e os *trolls* ou *haters*, que se gestaram na internet para logo transbordar por toda parte e impregnar o debate público em geral.

A sociedade moderna foi fundada sob a égide de um “contrato social” imaginário, um pacto mítico assinado por todos os cidadãos de um determinado Estado Nacional, que teria instaurado a democracia parlamentar ou representativa com suas digníssimas promessas de liberdade, igualdade e fraternidade entre seus signatários. Tais princípios se apoiavam numa trama de valores aparentemente sólidos e consensuais, fincados num humanitarismo universal e numa ética vagamente protestante que os tornavam não apenas legítimos como incontestáveis.

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28055

Entretanto, não é segredo para ninguém que as belas ideias e as boas intenções nunca chegaram a integrar-se por completo na vida terrena. Com demasiada frequência, aliás, as práticas delas decorrentes mal conseguiam disfarçar as fissuras desse límpido programa, quase sempre soterradas em recalcados pudores ou culpas inconfessáveis: das relações laborais ou comerciais à diplomacia e à própria democracia, por exemplo, passando pelo adultério e outros dramas inerentes à sagrada família nuclear.

Assim, embrulhada em nebulosas justificativas sempre conjunturais, essa *má-fé* tipicamente burguesa era conflitiva em sua própria essência; por isso, toda vez que a sujeira insistia em varrer-se para debaixo do tapete, a consciência também se recusava a ficar limpa. Esses incômodos implodiam em sérios dilemas morais, gerando um mal-estar que já foi interpretado como o inevitável preço a pagar por algo digno de qualquer sacrifício: a civilização. Esse desassossego emanado da necessidade — tragicamente atrelada a certa impossibilidade — de “reprimir” pulsões instintivas em nome do “bem comum” constitui, de fato, um dos principais diagnósticos de Sigmund Freud em seu célebre ensaio *O mal-estar na civilização*, publicado originalmente em 1930. É também o que Michel Foucault sintetizou na instigante frase “a alma, prisão do corpo”, plasmada em seu livro *Vigiar e punir*, de 1975, ao revelar o disciplinamento dos corpos que a sociedade moderna conseguiu operar graças à interiorização das normas pelos cidadãos “dóceis e úteis” da epopeia mecanicista.

Essas engrenagens psíquicas e sociais viam-se reforçadas pela “jaula de ferro” que a “ética protestante” ajudou a forjar em cada sujeito moderno ou civilizado — retomando, ainda, os termos de Max Weber (2004). Um solo moral, em suma, que foi lavrado com empenho pelas forças racionais e universalistas do Iluminismo, florescidas na Europa do final do século XVIII, em conjunção com o expressivismo singularizante do Romantismo — que as contrariavam e, ao mesmo tempo, tortuosamente as complementavam (Bezerra Jr, 2002). Essa complicada confluência deu fruto a uma subjetividade muito peculiar: o *homo psychologicus*, uma sorte de corpo-máquina dotado de “interioridade”; isto é, um âmagô pessoal, oculto e palpitante, mais verdadeiro que as vãs aparências, capaz de absorver — não sem dor — as exigentes demandas socioculturais, políticas e económicas do capitalismo industrial (Sibilia, 2015).

Embora toda essa contrição tenha funcionado com bastante eficiência — e um consenso considerável — ao longo do século XIX e boa parte do XX, cabe lembrar que sempre deveu lidar com resistências, embates e transgressões. Tais críticas se intensificaram nos anos 1960 e 70, mobilizando uma série de reformulações que se consolidaram na virada do século XX para o XXI. Agora, já bem adentrada a terceira década do novo milênio, o maquinário inteiro parece estar obsoleto e na iminência de um colapso, sem capacidade de resposta diante da explosão de um conjunto de fenômenos inéditos que sugerem a conjectura aqui levantada: é o “solo moral” que sustentara o regime moderno inteiro o que teria se rachado fatalmente na atualidade.

Esse sismo tem abalado as estruturas de todas as instituições que vertebraram o projeto modernizador: da escola até a prisão, o quartel, o museu, a biblioteca e o hospital, passando pela família nuclear e atingindo em cheio, mais recentemente, tanto a imprensa como a ciência. As rachaduras deixaram à mostra o lado obscuro do Humanismo, que se sonhou universal enquanto escravizava, colonizava e abusava de boa parte da espécie humana — enquadrada em categorias como anormais, inferiores, exóticos, alteridades ou minorias — ao passo que violentava as demais criaturas terrestres em nome do próprio bem-estar.

Já não há mais como ocultar a hipocrisia intrínseca a essa moralidade gestada com a secularização do Ocidente, que conseguiu “globalizar” o planeta inteiro e manter a sua hegemonia ao longo do último par de séculos. Mas, agora, esse domínio está ameaçado: derrubam-se estátuas, mitos desabam, corrupções são ventiladas e as vergonhas mais inconfessáveis se escancaram, filtram ou vazam. Denúncias e acusações têm brotado por toda parte, com ajuda da infraestrutura técnica digital — sobretudo as redes sociais da internet e os dispositivos móveis de comunicação. Essa interconexão de milhões de indivíduos por meio de telas e câmeras sempre ligadas, sem dúvida tem contribuído para horizontalizar certas hierarquias no acesso ao debate público, liberando muitas vozes outrora amordaçadas por aquelas grades sorratamente tecidas ao longo do “processo civilizador” (Elias, 1994)

Contudo, apesar da tão esperada libertação dos antigos grilhões, as notícias estão longe de ser apenas boas. Desmascarar de vez a hipocrisia burguesa era uma tarefa necessária, que vem sendo urdida há muito tempo e enfim parece ter se consumado. Entretanto, ao se esfacular esse substrato moral já estéril, que não conseguia mais escorar o equilíbrio instável da

orquestração moderna, surgiu um terreno fértil no qual germinaram valores, discursos e crenças até então inéditos, mudando completamente a paisagem com uma velocidade — e uma virulência — que deixou muita gente desorientada. Até a própria noção do Norte como aquilo que está acima em todos os mapas e à frente em todas as rotas, aliás, foi colocada em questão graças à ascensão de “novas epistemologias” com perfil “decolonial” e outras perspectivas que reposicionam o eixo centro/periferia com foco no “Sul Global” (Santos e Meneses, 2010). Como é o caso de todo e qualquer instrumento técnico, portanto, as bússolas ostentavam uma falsa neutralidade que agora também ficou em evidência.

Entre os escombros dessa crise generalizada do projeto modernizador, colonialista e industrializador, têm se alçado vozes antes inaudíveis (e ainda discriminadas em termos de classe, gênero, raça), reivindicando direitos injustamente confiscados e denunciando as tramoias que durante séculos os exploraram sob argumentos cada vez mais insustentáveis. Mas essas bem-vindas vozes não foram as únicas a se levantar; nem, talvez, as que souberam agir de modo mais estratégico e contundente no novo cenário. No mesmo terreno têm se proliferado outros discursos que também eram impronunciáveis algum tempo atrás: afinados com o ideário neoliberal em sintonia com renovadas tendências autoritárias, desprezam os antigos consensos acerca do “bem comum” e da democracia, enquanto defendem as liberdades individuais em termos mercadológicos e legitimam a violência explícita contra tudo o que obstaculizar as suas vontades.

Não foram apenas os oprimidos do regime em declínio, portanto, que se revoltaram: também o fizeram aqueles que poderiam sair perdendo com o desmonte da opressão hipócrita. Frustrados, desiludidos, raivosos, ressentidos, irados, os membros dessa contraofensiva reacionária descobriram maneiras imprevistas de se fazerem ouvir. Dispensando as formalidades decadentes da ritualística burguesa, os novos cínicos aqui em foco aproveitaram o momento propício — esse solo fragilizado e em mutação — para vociferar suas “verdades” sem falsos pudores nem contemplanções diplomáticas. Desde os *Angry white men* retratados pelo sociólogo estadunidense Michael Kimmel (2019) em seu livro subtulado *A masculinidade americana ao final de uma era*, até os defensores do “liberalismo autoritário” que o filósofo francês Grégoire Chamayou (2020) analisa em *A sociedade ingovernável*, passando pelo renascer

dos fascismos e dos fundamentalismos religiosos, entre outras insólitas novidades com sabor arcaico.

O fenômeno tem múltiplas faces e não poucas contradições, mas uma das características que parece unificá-lo é um certo “empoderamento” conseguido em tempos recentes por posicionamentos políticos e de costumes extremamente radicais, situados à ultra-direita do espectro ideológico, que no final do século XX seriam tidos como residuais ou em vias de extinção. A partir da segunda década do século XXI, porém, tais atores sociais foram recuperando seu orgulho ferido para “sair do armário” e se organizarem como uma poderosa força política inovadora. O fenômeno se tornou visível na imensa variedade de *trolls* e *haters* que têm contaminado as discussões da internet em todas as línguas, capitalizando a “imoralidade” dos algoritmos para impor suas pautas com armas como os insultos, a agressiva desqualificação dos rivais, as notícias falsas e as teorias conspiratórias. Sem desprezar a sua complexa diversidade, todos eles têm em comum algo que não é a sua exclusividade: só puderam germinar neste “solo moral” recentemente adubado, no qual os novos cinismos se dão melhor que as velhas hipocrisias.

Liberté, égalité, fraternité... hypocrisie !

Como chegamos até aqui? Eis uma pergunta que não quer (e não deveria) calar. A revolução francesa, ocorrida em 1789, é o marco simbólico mais óbvio dessa era que agora parece estar culminando. Tendo acabado ela, por sua vez, com os privilégios da aristocracia até então reinante, simboliza o início de um modo radicalmente novo de viver. Nos termos aqui ensaiados, esse acontecimento histórico é o emblema, também, da instauração triunfante daquele “solo moral” que hoje está em declínio, no qual se fortaleceram os valores e as crenças que permitiram certa hegemonia da “hipocrisia burguesa”. Até hoje, inclusive, a França encarna esse ideal da *République*, segundo o qual todos os homens são iguais perante a lei, o Estado deve se responsabilizar por fornecer e defender os direitos básicos de todos os cidadãos, e os grandes temas são publicamente discutidos em respeitáveis debates intelectuais com vocação laica e universalista.

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28055

Contudo, não é de hoje que esses elevados ideais soam pomposos, tendo perdido credibilidade enquanto são confrontados por desafios de toda índole. Em 1943, um jovencíssimo Frantz Fanon deixou a ilha caribenha de Martinica onde nascera, que então era — e ainda é — uma colônia integrada ao território nacional francês, e se alistou numa brigada antinazista para lutar contra a invasão alemã. No campo de batalha, porém, aquele que depois se tornaria um dos principais referentes do pensamento antirracista, descobriu que seus supostos compatriotas europeus não o tratavam exatamente como um igual. “Junto aos franceses brancos nascidos na metrópole, ficou cada vez mais nítido para Fanon que o problema não era apenas daqueles soldados (racistas) encurralados em sua terra natal, mas também a forma com a qual todos os franceses continentais viam os *outros* ‘franceses’ (não brancos) de ultramar”, explica o sociólogo brasileiro Deivison Mendes Faustino (2015, p. 31), especialista na obra do psiquiatra martinicano. “Por mais que pensasse, sentisse ou desejasse o contrário, em face do branco era visto apenas como um preto”.

Quase um século depois, essas operações de racialização seguem ocorrendo, mas hoje estão sob os holofotes e são denunciadas como parte de um “racismo estrutural” (Almeida, 2018) que, embora continue ativo e mortífero, não consegue mais se ocultar desdobrando as artimanhas de outrora. Episódios como o assassinato de George Floyd por policiais estadunidenses em plena rua de Minneapolis em 2020, ou vários outros ocorridos no Brasil, como o do imigrante congolês Moïse Kabamgabe, espancado até a morte numa praia do Rio de Janeiro em 2022, suscitam forte comoção pública e aprofundam a constatação do problema. Não raro, há vários registros dessas cenas: vídeos realizados por pessoas que transitavam pelo local com seus telefones celulares, ou passivamente captados pelas câmeras de vigilância que monitoram o espaço urbano contemporâneo. Depois, essas filmagens são reproduzidas até a exaustão nas redes sociais da internet e na mídia mundial. Os argumentos hipócritas nem ousam dar as caras. Já os cínicos, ladram à vontade no novo “solo moral”¹.

¹ Presidente da Fundação Palmares ataca Moïse: ‘Em tese, um vagabundo morto por vagabundos’. *CartaCapital*, 11 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/presidente-da-fundacao-palmares-ataca-moise-em-tese-um-vagabundo-morto-por-vagabundos/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

Algo comparável está ocorrendo com o machismo, a homofobia e outras formas de discriminação que têm como alvo as populações LGBTQIA+. Conceitos como “feminicídio”, por exemplo, foram cunhados para nomear fenômenos que até pouco tempo eram camuflados sob eufemismos como “crime passionai”, com seu romantismo de folhetim quase oitocentista, ou denominações técnicas mais discretas e aparentemente assépticas como “conflitos familiares” ou “diferenças irreconciliáveis”. Na mesma direção se orientam movimentos como #MeToo, que em 2017 desencadeou uma onda internacional de denúncias de assédio ou agressão sexual, direcionando tanto os olhares como a indignação para situações que sob o império da hipocrisia eram naturalizadas. Outras práticas antes invisibilizadas, como o estupro no matrimônio e o fato de as atividades domésticas — quase sempre realizadas por esposas e mães — serem trabalho não pago ou até mesmo abusivo, por exemplo, também foram retiradas das sigilosas paredes do lar para serem expostas ao julgamento público.

Entre os muitos pontos que tais acontecimentos têm em comum, para os fins deste artigo, cabe mencionar o fato de que todos estouraram precisamente agora, com a erosão daquele pudico “solo moral” que inibia a sua manifestação. O desabamento da noção de Justiça Cega, por exemplo, não é alheia a essas transformações históricas; assim como as prometidas Liberdade, Igualdade e Fraternidade, que cada vez soam mais ilusórias. Tanto a imparcialidade como a eficácia dos sistemas jurídicos — e até mesmo a sua confiabilidade ou respeitabilidade — também se diluíram no cinismo generalizado. Dar um testemunho pessoal nas redes sociais da internet, em contraposição, costuma ter um efeito imediato e muitas vezes estrondoso, sobretudo quando envolve alguma acusação de forte impacto social.

Sabe-se dos riscos implicados nesse tipo de comportamentos, que são cada vez mais comuns e dispensam árduas conquistas da luta pela universalização dos direitos humanos, tais como a presunção de inocência (até que se prove a responsabilidade do acusado seguindo todos os requisitos institucionais) e o direito à defesa legal antes de proceder a qualquer condenação formal. Mas isso não impede que a prática tenha se popularizado enormemente nas primeiras décadas do século XXI, com efeitos de todos os tipos e magnitudes. Se há campanhas vitoriosas para defender causas nobres, também há *trolls* e *haters* que destroçam reputações, bem como “gabinetes do ódio” e tsunamis de *fake news* que afetam resultados eleitorais e ameaçam

exterminar as democracias (Alves, 2019; O’Neil, 2020, Campos Mello, 2020; Lanier, 2018; Missika e Verdier, 2022; Levitsky e Ziblatt, 2018)

Não configura nenhuma novidade admitir que a democracia é uma forma de governo problemática, com seu regime representativo e seus rituais de votações periódicas, ainda mais quando tais instituições se tornaram dependentes de campanhas de marketing e interesses espúrios abertamente conhecidos. Mas o mal é congênito, para além dessas doenças mais recentes: as hierarquias, as violências, os embustes e as desigualdades as atravessam profundamente desde seus primórdios. “A democracia é hipócrita”, disse ninguém menos que Malcolm X num lúcido e inflamado discurso proferido em 1964, pouco antes de ser assassinado². Hoje, talvez como nunca, isso é incontestável. No entanto, hoje talvez como nunca, a única alternativa parece sinistra e está em mãos dos cínicos. Ampliar esse leque de possibilidades é uma tarefa urgente, para a qual a pesquisa em que se insere este artigo pretende contribuir.

Enquanto os novos cinismos saem dos porões e são aplaudidos por seus entusiastas seguidores, as clássicas argumentações hipócritas não poderiam ter ficado mais desacreditadas. Sabe-se dos artifícios envolvidos em expressões como “democracia racial”, por exemplo, muito cara à edificação do Brasil moderno (Nascimento, 1978). Já bandeiras louváveis como a dos “direitos humanos” e a dos “serviços públicos universais”, embora tenham obtido conquistas heroicas em tempos e espaços mais propícios, não há como negar que jamais atingiram todo o mundo por igual. O conceito de “meritocracia” é outro elo dessa corrente enferrujada: assumindo que todos partimos da mesma base, então é o esforço individual e o talento de cada um que definirá o seu destino — rico ou pobre, bem-sucedido ou não, patroa ou empregada (Sandel, 2020). Aí residem as armadilhas agora desmascaradas dos discursos humanistas e universais: basicamente, mentem.

A hipocrisia consiste em compactuar com essas mentiras, visto que uma possível definição desse vocábulo é justamente essa: hipócrita é aquele que, ao mentir, sabe que está mentindo. Admite que há coisas certas e erradas; então, mesmo que não cumpra fazendo o certo, tentará dissimular, porque de algum modo se alinha com esse “regime moral” vigente e

² MALCOLM X. *Democracia é hipocrisia*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=os83ttg50dU>>. Acesso em: 20 maio 2023.

compartilha tais valores. O hipócrita pode mentir ou se comportar de modo controverso, mas faz isso tentando não ser descoberto porque, no fundo, ele sabe que está agindo errado, já que acredita nessa diferenciação moral, legal e consensual, entre o que está certo e o que está errado no ambiente que habita; e inscreve seus atos nela, adere a esse regime, mesmo quando o dribla.

Já o cínico não tem compromisso nenhum com essa moralidade, daí sua grande vantagem na hora de agir ou falar. Deixando de lado, por ora, a riquíssima densidade dessa palavra, cuja genealogia filosófica sem dúvida vale a pena explorar (Goulet-Cazé e Branham, 2007), o que cabe ressaltar aqui é que o cinismo permite enunciar certas “verdades” que teriam sido impronunciáveis ou altamente escandalosas enquanto esse solo hoje movediço ainda parecia firme. Mas agora perdeu credibilidade aquele regime que sustentou a era moderna: sua consistência hipócrita ficou evidente e, por isso, está desmoronando a olhos vista. Daí o oportunismo da estratégia cínica: pode “falar a verdade” e fazer o que quiser, sem culpas nem vergonhas, sem se responsabilizar nem assumir eventuais consequências. Pode inclusive se orgulhar dessa atitude, apostando nas repercussões de sua audácia e capitalizando os resultados cada vez mais abissais, diante do olhar pasmo dos hipócritas subitamente “desempoderados” que mal conseguem desdobrar tímidas manobras defensivas.

Todo o mundo mente

“Hipócrita leitor, meu igual, meu irmão!”. Assim termina um famoso poema de Charles Baudelaire intitulado *Ao leitor*. Nesses versos, após compendiar sem piedade todos os podres que habitam a alma domesticada do cidadão moderno, o autor delata um tipo de covardia compartilhada com quem o lê, numa cumplicidade admitida com paradoxal coragem: a hipocrisia. Publicado originalmente em 1857, no livro *As flores do mal*, a obra suscitou um escândalo maiúsculo, foi duramente censurada e chegou a motivar um processo judicial no qual o poeta foi condenado por “ultraje à moral pública e aos bons costumes”. No mesmo ano, cabe lembrar, o romancista Gustave Flaubert também foi acusado de “ofender a moral religiosa e a moral pública” por dar voz a uma esposa infiel que não se arrependia de ter cedido a seus mais baixos instintos: *Madame Bovary* (Sibilia, 2018).

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28055

“Todos esses horrores mórbidos expostos friamente, esses abismos de imundícies cavados a duas mãos e as manchas levantadas deveriam mofar em uma gaveta maldita” (Ayres, 2017), horrorizava-se o autor de uma resenha publicada no jornal *Le Figaro* pouco após o lançamento da coletânea de Baudelaire. Vale a pena sublinhar duas expressões presentes nessa frase: por um lado, as nojeiras “expostas friamente”, por outro lado, a firme convicção de que o único destino decente para as poesias em questão era “mofar numa gaveta”; ou seja, jamais deveriam ter sido publicadas. Algo semelhante poderia ser dito acerca da conduta execrável da Senhora Bovary, que nunca deveria ter sido relatada, muito menos sem uma explícita condenação por parte de quem resolvera expor tamanha ignomínia. Se essas fraquezas humanas de fato existiam, eram obviamente vergonhosas e condenáveis sob a ótica da moral vigente; devendo, portanto, permanecer ocultas no foro íntimo de cada um, preservadas de vir a público pelas paredes e pelos pudores de uma privacidade inviolável.

Há algo mais burguês — e mais hipócrita — do que a pudica separação entre o espaço público e a esfera privada, caro leitor ou cara leitora? Esse talvez seja um fator crucial para compreendermos o esfacelamento desse “solo moral” na atualidade, quando as antigas barreiras entre ambos os tipos de ambientes têm se sacudido e costumam ser atravessadas pela onipresente impudência das redes (Sibilia, 2012). A hipocrisia precisava de zonas ocultas: recintos protegidos com certa legitimidade moral e legal, esconderijos nos quais a inevitável sujeira pudesse ser trancada a sete chaves ou extravasada com moderação, fosse nas profundezas mais irracionais do inconsciente ou nos sótãos e nos armários das residências. Sabe-se que está errado, que é imoral — inclusive ilegal —, portanto, é de bom tom dissimular em nome da própria dignidade, mas também para preservar as boas formas exigidas pelo decoro.

É por isso que a transparência, hoje promovida como um dos valores mais salutares tanto em nível individual como coletivo, teria sido não só apavorante como sobretudo inviável no século XIX. Enquanto vigorou aquele “solo moral” tão inclemente — que, no entanto, fazia a vista grossa para quem soubesse guardar as boas aparências —, a única maneira de enunciar certas verdades era recorrendo às artes. Essa esfera separada e autônoma, tão idolatrada como temida (e, por tal motivo, volta e meia alvejada pela censura), desempenhava uma função de máxima relevância para compensar os desequilíbrios inerentes às neuroses da época. Assim como o nu

foi um dos motivos pictóricos mais celebrados ao longo da vestidíssima era burguesa, a ficção literária assumiu o papel vital de dizer tudo aquilo que teria sido impensável assumir em primeira pessoa do singular.

Vide o caso de *Madame Bovary*: se o autor desse romance foi processado por imoralidade, cabe perguntar o que teria acontecido com a sua protagonista se em vez de ser uma personagem inventada por um consagrado romancista (masculino, branco etc.) fosse, de fato, uma adúltera qualquer relatando as peripécias de sua própria vida? Um anacronismo inimaginável. Fora desse âmbito peculiar das “belas artes”, porém, onde era permitida certa exposição de imagens e discursos mais ou menos controversos e, portanto, banidos do espaço público mais mundano, havia a inflacionada esfera privada (Sennett, 1999). Rios de palavras e tórridas hemorragias sentimentais vertiam-se em gêneros não fictícios como as trocas epistolares, os diários íntimos e as abundantes confissões laicas do *homo psychologicus* (Sibilia, 2016). Não por acaso, todas essas confidências privadas eram consideradas invioláveis na era burguesa, protegidas com todo o peso da lei e da moralidade consensual. Nos velhos tempos modernos, “vazar” sem permissão algo que circulasse por esses canais subterrâneos implicaria um embaraço mais indigno para quem violasse o ferrolho do que para os protagonistas do drama *privé*, por mais bombástica que fosse a revelação assim abafada.

Mas é claro que agora, na época dos *reality shows*, da autoficção, dos memes e das *trollagens*, das filtrações de áudios e vídeos, da pós-verdade e até mesmo da “pós-ficção” (Fuks, 2021), há outros métodos para acessar “a verdade”, muitíssimo mais eficazes que os tortuosos atalhos dos tempos do espartilho. “As buscas no *Google* são o conjunto de dados mais importante jamais coletado sobre a psique humana”, afirma o especialista Seth Stephens-Davidowitz (2018, p. 14), que já trabalhou nessa empresa e é um entusiasta defensor das potencialidades do *Big Data*. “Parte desses dados incluirá informações que nunca seriam admitidas por qualquer outro meio para outra pessoa”, continua. “Uma das principais razões pelas quais as buscas no *Google* são tão valiosas não é o fato de haver muitas; é o fato de as pessoas serem sinceras nelas”. O livro se chama *Todo o mundo mente* e tem um subtítulo cristalino: *O que a internet e os dados dizem sobre quem realmente somos*. “Todo o mundo mente para amigos, parceiros, médicos, pesquisas e para si mesmo”, explica o autor. “Mas no *Google* as pessoas compartilham informações

embaraçosas sobre, entre outras coisas, casamentos sem sexo, problemas de saúde mental, inseguranças e animosidade contra pessoas negras”.

Se os eventuais hipócritas leitores deste artigo pensavam, porventura, estar a sós quando digitam suas buscas no *Google*, pois saibam que o âmbito privado não existe mais e que a vossa esfera íntima não cessa de alimentar as pesquisas das empresas mais ricas do planeta. “Os dados de pornografia e os de busca no *Google* não são apenas novos, são honestos”, se empolga Stephens-Davidowitz (2018, p. 53). “Na era pré-digital, as pessoas escondiam seus pensamentos embaraçosos das outras pessoas. Na digital, ainda os escondem dos outros, mas não da internet ou em sites específicos, como *Google* e *Pornhub*”. Por isso, esses canais seriam “uma espécie de soro da verdade digital”, capazes de revelar “o que as pessoas realmente querem e realmente fazem, não o que dizem que querem e que fazem”. Em suma: a verdade, toda a verdade e nada mais do que a verdade, sem os enfadonhos véus da moralidade hipócrita de antigamente. “Esses dados fariam Schopenhauer, Nietzsche, Freud e Foucault salivarem”, conclui o autor em tom jocoso. Esses dados, é óbvio, estão à venda.

Racionalidade cínica

Apesar de ter ficado muito mais evidente nos últimos anos, com a eclosão dos fenômenos aqui enfocados, a relação entre cinismo e contemporaneidade vem sendo mapeada por vários autores já faz algum tempo. Um deles é Vladimir Safatle, professor de filosofia da USP, que desenvolveu a sua proposta no livro *Cinismo e falência da crítica*, de 2008, ressoando a famosa tese do alemão Peter Sloterdijk, *Crítica da razão cínica*, publicada já em 1983. “‘Cinismo’ é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”, resume Safatle (2011, p. 12), aludindo a certos “modos de conduta e valoração” específicos, bem como a mudanças nos “padrões de racionalidade em sociedades ditas pós-ideológicas”. Teria se generalizado entre nós, portanto, um “modo cínico” de funcionamento, adequado a “épocas e sociedades em processo de crise de legitimação, de erosão da substancialidade normativa da vida social” (Ibidem, p. 13). Seguindo essas premissas, o autor tenta compreender como essas sociedades ameaçadas “foram capazes de legitimar-se através de

uma racionalidade cínica e com isso estabilizar uma situação que, em outras circunstâncias, seria uma típica e insustentável situação de crise e anomia” (Ibidem, p. 14).

O argumento coincide bastante com o do já mencionado Grégoire Chamayou, para quem o “liberalismo autoritário” que hoje se consolida em vários países seria uma resposta (cínica, poderíamos acrescentar) à crise de governabilidade decorrente das revoltas e questionamentos que se multiplicaram nas décadas de 1960 e 70, colocando em xeque a legitimidade das sociedades modernas que se tornaram “ingovernáveis”. Após empreender uma pesquisa minuciosa em fontes pouco convencionais, como manuais de administração de empresas e atas de assembleias gerais ou entrevistas concedidas por economistas, o autor mostra como o neoliberalismo se organizou em torno a essa tentativa de reduzir o alcance das demandas sociais e, em última instância, “limitar a democracia” por meio de uma “micropolítica de privatização” que foi muito além da esfera pública tradicional e não hesitou em recorrer a armas inéditas no campo da propaganda.

Apesar das ressonâncias deleuzianas da expressão acima citada, o pesquisador conta que ele a tomou de um dos textos estudados, precisamente intitulado *Micropolitics* e publicado em 1988 por Madsen Pirie, que também assinou outro volume pouco anterior, de 1985, chamado sem pudores *Dismantling the State* ou *Desmantelando o Estado*. “Aparentemente sem conhecer Foucault, Deleuze e Guattari, esse neoliberal britânico estava firmemente convencido de ter inventado uma nova palavra: *micropolitics*”, explica Chamayou (2020, p. 369), “nome de um método que permitiria aos governos iniciar os programas de reformas sem ter de pagar o preço político largamente anunciado”. Uma definição mais exata, de acordo com o próprio Pirie, é a seguinte: “a arte de gerar circunstâncias nas quais os indivíduos serão motivados a preferir adotar a alternativa de oferta privada e nas quais as pessoas tomarão individual e voluntariamente decisões cujo efeito cumulativo propiciará o advento do estado de coisas desejado” (Ibidem, p. 370).

O programa difere, claramente, dos ideais universalistas e humanistas dos movimentos que inspiraram a implantação do *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social, tanto em seus objetivos como em seus métodos; e, também, em sua retórica. Pois se algo pode ser dito em favor deste novo tipo de discursos, é que os planos não estavam ocultos nem aparentavam prometer

algo que não fazia parte de suas explícitas intenções. Longe de visar a fornecer serviços públicos gratuitos e de qualidade para toda a população, mediante sólidos investimentos em infraestrutura, saúde e educação, por exemplo, o que se pretende neste caso é deslocar essas prestações para o setor privado e convertê-las em mercadorias oferecidas aos consumidores sutilmente persuadidos pela publicidade e pelo marketing.

O engodo pode ser eficaz, mas não deixa de ser um engodo. “Você perde mais do que ganha, porque perde seu serviço público de saúde, sua universidade pública e sua aposentadoria, e ganha em troca uma desoneração de impostos que não dará para pagar nem um terço do que se tornou agora o serviço privado”, explicava, bem graficamente, Vladimir Safatle num artigo publicado no jornal *El País* em 2019. “Já a executiva e o banqueiro só ganham porque não precisarão mais ter obrigação social alguma com ninguém”. Em suma, isso demonstra que “o neoliberalismo não é uma forma de liberdade, mas a expressão de um regime autoritário disposto a utilizar todos os métodos para não ser contestado”, acrescenta ainda o mesmo autor; e, em seguida, conclui: “ele não é o coroamento da liberdade, só uma forma mais cínica de tirania”. Ou, em outros termos, um modo de vida aparentemente inviável, porém arditamente legitimado por uma racionalidade cínica.

Já em 1972, em seu livro *Anti Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*, Gilles Deleuze e Félix Guattari associaram o cinismo ao modo em que as formas de vida hegemônicas propiciadas pelo capitalismo se organizavam, “em virtude de sua tendência interna a fragilizar continuamente as formas e as normas que ele mesmo enunciava” (*apud* Safatle, 2011, p. 18). Trata-se do “regime de contradição” imperante, que não adianta desmontar com argumentos racionais no debate público, pois tais denúncias não servem mais “para desqualificar a concretização (paradoxal) da intenção”, de modo que a crítica resulta desativada porque, imersa nesta outra lógica da racionalidade cínica, “a realização paradoxal da intenção é, de certa forma, realização legítima” (*Ibidem*, p. 14 e 15). Em termos deleuzianos, opera-se uma desterritorialização continua decorrente dessa fragilização dos códigos, num “solo moral” historicamente reconfigurado para que isso se torne viável.

O chão assim corroído tem sido palco das “guerras culturais” da atualidade (Castro Rocha, 2021; Vaz, Santos e Sanhotene, 2020), um campo bélico no plano discursivo que se mostra

propício aos confrontos morais “polarizados”, sem um horizonte possível de consenso ou coesão agregadora. Esses confrontos, como se sabe, são propiciados pelas “bolhas” das redes sociais da internet. Trata-se de um modelo de negócios adotado por essas empresas na segunda década do século XX, com base em publicidade direcionada ao perfil de cada tipo de usuário, que se revelou refratário a qualquer regulação por meio das antiquadas armas legais dos Estados Nacionais (Lanier, 2018; O’Neil, 2020). Com sua configuração algorítmica tendente a formar “câmeras de eco”, as redes digitais contribuem para desmanchar toda ilusão a respeito de uma “realidade social compartilhada”, em cujo horizonte se vislumbra apenas a aniquilação do “inimigo” alimentada pelos “discursos de ódio” que nelas se exasperam (Campos Mello, 2020; Missika e Verdier, 2022). Não surpreende que seja precisamente nesse renovado terreno onde brotam fenômenos tão perturbadores como os negacionismos científicos, as *fake news* e a “pós-verdade”.

Essa última expressão, que até pouquíssimo tempo atrás era desconhecida, foi entronizada como “a palavra do ano” pelo *Dicionário de Oxford* em 2016, justamente quando Donald Trump acabou sendo eleito presidente dos Estados Unidos após uma campanha eleitoral que lançou mão do cardápio completo dessas novas estratégias aqui denominadas “cínicas”. Com forte atuação nas redes sociais da internet e um uso bastante controverso de sua racionalidade algorítmica, impulsionada por técnicas de marketing tão inovadoras que orbitavam fora da legalidade, além da agora consabida (mas então inusitada) artilharia de insultos polarizantes, acusações sem provas, delírios conspirativos, pânico moral e batalhas culturais. As instituições tradicionais não conseguiram prever nem assimilar o resultado, com seu instrumental defasado e instado urgentemente a se atualizar. Mas a própria definição de “pós-verdade” é sintomática: “algo que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência para definir a opinião pública do que o apelo à emoção ou crenças pessoais”³. Qualquer semelhança com a “micropolítica” idealizada pelo economista neoliberal antes citado não deve ser mera coincidência.

Se o triunfo de Trump foi um fenômeno pioneiro e muito disruptivo, que marcou um antes e um depois na história das democracias modernas, logo ficou claro que não seria um fato

³ “Pós-verdade”. *Academia Brasileira de Letras*. Disponível em : <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/pos-verdade>>. Acesso em: 20 maio 2023.

isolado. Dois anos mais tarde, em 2018, foi a vez de Jair Bolsonaro ganhar as eleições no Brasil usando táticas comparáveis e, provavelmente, ainda mais afiadas. “Por seu papel decisivo nas eleições, notícias falsas viraram um fato político assustador”, escreveram Fernanda Bruno e Tatiana Roque em seu artigo intitulado “A ponta de um iceberg de desconfiança”, publicado em 2019 no livro *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. “O que pode ter levado tanta gente a repassar notícias falsas, movimento aparentemente tão decisivo para a eleição de Bolsonaro?”, perguntavam-se as autoras nesse texto escrito no calor da hora, procurando dar sentido à perplexidade compartilhada por boa parte da população nacional e global.

“Para além do julgamento sobre a veracidade, outros fatores podem ter gerado um ambiente de credibilidade para as *fake news*”, começavam a responder Bruno e Roque (2019, p. 13). Após elucidar algumas estratégias sofisticadas para o envio de mensagens por meio de dispositivos como *WhatsApp* e *Facebook*, usadas na campanha eleitoral que em 2018 deu a vitória a quem seria presidente do Brasil até o final de 2022, as pesquisadoras ressaltavam que tudo isso aconteceu num “mundo em que a confiança está se dissolvendo”. Ela estaria sendo minada nas redes sociais da internet, por exemplo, “com novas crenças e novos valores que contestam o método científico e desafiam consensos há tempos estabelecidos” (Ibidem, p. 17).

O diagnóstico é compatível com a proposta apresentada neste ensaio. “Talvez estejamos vivendo uma crise nos modos tradicionais de aferição da verdade”, acrescentam as autoras, “uma crise no modo como sabemos se algo é ou não verdadeiro”. O fato de a ciência se basear em evidências às quais apenas os especialistas têm acesso, por exemplo, seria problemático, porque “é como se dissessem: acreditem em nós, pois temos os atributos para fazer verificações consistentes” (Ibidem, p. 17). Já não estaria mais garantida essa confiança nos detentores dos saberes que foram hegemônicos na era moderna, tais como cientistas, jornalistas, especialistas, estadistas e intelectuais. Há um distanciamento e uma opacidade nesses processos, que teria gerado uma desconfiança contra a qual “parece difícil argumentar” (Ibidem, p. 19). De acordo com as pesquisadoras, tudo isso seria sintomático da instauração de “um novo regime de credibilidade e de evidência” (Ibidem, p. 21), que ainda é preciso cartografar, mas que parece ter se espalhado de modo bastante veloz e com resultados muito concretos.

Porque *eu mereço*

Em sua análise sobre as afinidades entre a “racionalidade cínica” e o capitalismo contemporâneo, Vladimir Safatle (2011, p. 21) destaca o que considera um fator importante nessa transformação histórica: “o esgotamento de um processo de socialização do desejo e de constituição de sexualidades com base na repressão e no recalçamento”. Esse deslocamento também foi apontado por Michel Foucault numa entrevista concedida em 1975, na qual esclarecia que, após as revoltas simbolizadas por Maio de 1968, o poder tinha deixado de agir prioritariamente sob a forma de um “controle-repressão” — conforme ocorria nos meticulosos regimes disciplinares da sociedade moderna — para dar lugar a um ambíguo “controle-estimulação” (Foucault, 1979). Essa substituição da repressão pelo estímulo, combinada com a crescente capitalização do desejo sob a dinâmica do consumismo, é uma das marcas da sociedade contemporânea. Uma vez operada a transformação histórica vislumbrada pelo filósofo francês quando ainda estava se gestando, esse processo não cessou de se intensificar exponencialmente.

A publicidade, gênero cínico por excelência, encontrou terra fértil nessa subjetividade liberada da lógica repressiva moderna e lançada no turbilhão do desejo capitalizável. “*Você pode*”, diz o lema mais básico de toda e qualquer anúncio, sintonizando com o eufórico “*eu quero*” — e o conseqüente “*eu mereço*” — do potencial consumidor (Sibilia e Galindo, 2021). Puro estímulo, zero repressão. Algo muito distante, portanto, do severo “*você deve*” que rubricou os cidadãos dos séculos XIX e XX, configurados naquele outro “solo moral” cuja fecundidade vem se extinguindo há décadas. Para além das óbvias libertações trazidas pela descompressão dos deveres disciplinares, cabe reconhecer que essa contenção limitadora tinha um efeito *centrípeto* em nível coletivo. Afinal, ela reprimia e inibia as próprias pulsões em nome de valores considerados transcendentais como a lei, a razão, a pátria, a família, o trabalho, inclusive o decoro e, é claro, o “bem comum” encarnado na civilização. Ou seja: igualdade, liberdade, fraternidade, justiça, democracia etc. Já os desejos que agora brotam à vontade neste novo “solo moral” têm uma vocação *centrífuga*, pois tendem a atomizar e polarizar gerando caos e conflitos, ao colocar o *eu* em primeiro plano e desconhecendo qualquer limite para as liberdades individuais.

Dossiê **Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente**

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28055

Um exemplo bastante paradigmático da instauração dessa nova moralidade foi protagonizado pelo já mencionado Donald Trump, quatro anos após ter sido eleito presidente dos Estados Unidos. Em 2020, quando perdeu a reeleição em favor do seu rival Joe Biden, ele recusou-se a deixar o cargo com argumentos infundados e táticas disparatadas nunca antes vistas. Era uma insólita recusa a aceitar as regras do jogo: tendo perdido, submeter-se ao imperativo do “*você deve*”, mesmo que fosse a contragosto, porém adotando os rituais hipócritas da diplomacia e os bons modos civilizados que se espera(va)m de qualquer cidadão bem-educado, ainda mais em se tratando do ocupante do mais alto escalão na “maior democracia do mundo”. Contudo, um cínico “*eu não quero*” parecia ser o gritante e único motivo do ex-presidente para desobedecer à lei. Algo surpreendente, sem dúvidas, mas ao mesmo tempo compreensível à luz das transformações no “solo moral” aqui analisadas.

Em suma, o relaxamento dos rigores da “sociedade disciplinar” do período industrial (Foucault, 1999), rumo à estimulação que vigora na atual “sociedade de controle” (Deleuze, 1992), propiciou uma notória ampliação das possibilidades existenciais para amplos setores da população mundial, cada vez menos interpelados como cidadãos e crescentemente seduzidos como consumidores (Sibilia e Jorge, 2019). Em paralelo a essa expansão, porém, desafios inéditos surgiram junto com o novo regime de poder, saber e credibilidade que vem sendo implantado. A contenção limitadora da era moderna tinha um efeito *centrípeto* em nível coletivo, como vimos, pois reprimia e inibia as pulsões individuais em nome de valores mais elevados. Um presidente, portanto, assim como qualquer um, devia submete-se às normas sociais. Já as vontades “livremente” estimuladas neste novo “solo moral”, por sua vez, têm uma vocação *centrífuga*: cada um pode (e supõe-se que deveria) fazer o que quer, para além das contrições antes consensuais e hoje contestadas. Por isso, as dinâmicas comunicacionais contemporâneas tendem a implodir os antigos territórios considerados “comuns”.

É neste contexto que o debate público perde sentido e tem se tornado inviável, junto com as noções de consenso e até a mera possibilidade de dialogar com base em argumentos racionais. Esse é o drama que expõem livros recentemente publicados com títulos bastante explícitos, como *A defesa do espaço cívico*, da brasileira Ilona Szabo (2020); *A era do indivíduo tirano: o fim do mundo comum*, do francês Éric Sadin (2020); *Como as democracias morrem*, dos

estadunidenses Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018); *O negócio do ódio: a democracia e as redes sociais*, dos franceses Jean-Louis Missika e Henri Verdier (2022); *A rebeldia se tornou de direita? Como o antiprogressismo e a anticorreção política estão construindo um novo sentido comum*, do argentino Pablo Stefanoni (2021); *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*, da brasileira Patrícia Campos Mello (2020), entre muitíssimos outros que compõem o denso “estado da arte” em que se inscreve a pesquisa apresentada neste artigo.

Parece haver um vínculo direto entre essa crise de ideais democráticos como o debate público e o bem comum, por um lado, e, por outro lado, a onipresença de um gênero midiático hoje triunfante: a publicidade e o marketing. Assim como as “belas artes” em geral — e a ficção literária ou o romance em particular — constituíram os gêneros por excelência da era burguesa, porque permitiam enunciar certas verdades impronunciáveis na esfera pública dominada pelo *ethos* hipócrita, na atual era da autoficção e das performances *instagramáveis*, dos *reality shows*, da pós-verdade, dos memes e da pós-ficção, é tanto a lógica como a estética publicitária que pautam um cotidiano cada vez mais midiaticizado. Nesse contexto, dicotomias modernas que sempre foram frágeis, embora consensuais ao longo da era moderna – tais como verdade/mentira e realidade/ficção — estão implodindo nas atuais circunstâncias, sendo devoradas pelas exitosas estratégias cínicas do âmbito comunicacional contemporâneo (Sibilia, 2016).

Aquela força *centrípeta* que a idealização de uma democracia de inspiração burguesa conseguiu construir, lançando mão de narrativas hipócritas já esgotadas, foi desativada por um violento movimento *centrífugo* que não pretende obter coesão alguma. Não é o mito de um pacto ou de um contrato pacífico e consensual o que subjaz à fundação deste novo “solo moral”, mas um cinismo escancarado em imagens e palavras que teriam sido impensáveis na era da *politesse*. Apesar da desesperança que este quadro pode inspirar, cabe lembrar que crises profundas como a atual têm uma vantagem: permitem vislumbrar que um universo inteiro pode desabar, por mais sólido e inabalável que parecesse algum tempo atrás, para dar à luz a outra era histórica. E isso não deixa de ser uma rara oportunidade.

Em vez de lamentar o luto pelas crenças, pelos valores e pelas muitas instituições hoje decadentes, talvez seja o caso de explorar as ideias aqui rapidamente elencadas com o intuito de cartografar o novo território e “inventar novas armas” (Deleuze, 1992) para agir neste renovado “solo moral”. Imaginar, por exemplo, novas formas da provocação cínica, capazes de honrar os melhores frutos dessa riquíssima tradição de pensamento que remonta à Antiguidade, tendo sido retomada de diversas maneiras pelos Modernismos artísticos e filosóficos dos últimos séculos, quase sempre lançando sagazes e corajosas posições “não hipócritas”. Em vez de nos aferrar às ruínas da institucionalidade hipócrita, portanto, procurando defender aquilo que por vários motivos vem se tornando indefensável, recorrer a estratégias bem mais afirmativas e ousadas do que meramente amedrontadas na defensiva. Um ambicioso propósito da pesquisa que engendrou este ensaio, portanto, consiste em reabrir esses caminhos na atualidade, explorando a possibilidade de tecer argumentos e ações compatíveis com o novo “solo moral”, embora capazes de superar tanto as velhas ciladas da hipocrisia como os novos ardis autoritários que têm nos paralisado com seus cinismos fracos e ressentidos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Marcelo. *Desarranjo da visibilidade, desordem Informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil, 2019.

AYRES, Nicole. O escândalo de ‘As flores do mal’, *Homo Literatus*, 27 jul. 2017. Disponível em: <<https://homoliteratus.com/o-escandalo-de-as-flores-do-mal/>>. Acesso em: 20 maio 2023.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEZERRA Jr, Benilton. “O ocaso da interioridade e suas repercussões sobre a clínica”. In: PLASTINO, C. A. (org.). *Transgressões*. Rio: Contracapa, 2002. p. 229-239.

BRUNO, Fernanda; ROQUE, Tatiana. “A ponta de um iceberg de desconfiança”. In: BARBOSA, Mariana (org.). *Pós-verdade e fake news: reflexões sobre a guerra de narrativas*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 13 a 23.

CAMPOS MELLO, Patrícia. *A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

CASTRO ROCHA, João Cezar. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável*. São Paulo: Ubu, 2020.

CRARY, Jonathan. *24/7: Capitalismo e os Fins do Sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In *Conversações: 1972-1990*, 219-226. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAUSTINO, Deivison Mendes. *“Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FLAUBERT, Gustave; BAUDELAIRE, Charles. *El origen del narrador*. Actas completas de los juicios a Flaubert y Baudelaire. Buenos Aires: Mardulce, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. “Poder-corpo”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 145-152.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Penguin Classic & Companhia das Letras, 2010.

FUKS, Julián. “A era da pós-ficção”. In: *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Dublinense, 2021; p. 67-86.

GOULET-CAZÉ, Marie-Odile; BRANHAM, Bracht (Orgs.). *Os cínicos: O movimento cínico na Antiguidade e o seu legado*. São Paulo, Loyola, 2007.

KIMMEL, Michael. *Angry white men: American masculinity at the end of an era*. Nova Iorque: Bold Type Books, 2019.

LANIER, Jaron. *Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MISSIKA, Jean-Louis; VERDIER, Henri. *Le business de la haine: Internet, la démocratie et les réseaux sociaux*. Paris: Calmann-Levy, 2022.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

O'NEIL, Cathy. *Algoritmos de destruição em massa: como o big data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia*. Santo André, SP: Rua do Sabão, 2020.

SAFATLE, Vladimir. *Cinismo e falência da crítica*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SAFATLE, Vladimir. "Neoliberais não suportam uma sociedade com contestação". *El País*. 05 dez. 2019. Disponível em: < <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-12-05/a-ditadura-do-sr-guedes.html>> . Acesso em: 20 maio 2023.

SADIN, Éric. *L'ère de l'individu tyran: la fin d'un monde commun*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2020.

SANDEL, Michael J. *A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez, 2010.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SIBILIA, Paula. *O homem pós-orgânico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SIBILIA, Paula. "Madame Bovary sou eu": A ficção acuada sob a ilusão da transparência, da correção política e da autenticidade. In: *Anais COMPÓS 2018 - XXVII Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. PUC-Minas, Belo Horizonte, 2018.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: A intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SIBILIA, Paula. *Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão*. Rio de Janeiro: 2012.

SIBILIA, Paula; GALINDO, Manuela Arruda. "Correndo para não perder nada: Temporalidade ansiosa e a frustração do (i)limitado". *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 21(2), 2021; p. 203-213.

SIBILIA, Paula; FERREIRA JORGE, Marianna. "The online "addiction" as a malaise of the 21st century: From repression by the law to "free" unlimited stimulation". *The International Journal of Psychoanalysis*. Londres, UK, Volume 100, Issue 6 (Centenary Special Issue), dez. 2019; p. 1422-1438.

SLOTERDIJK, Peter. *Crítica da razão cínica*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

STEFANONI, Pablo. *¿La rebeldía se volvió de derecha?: Cómo el antiprogresismo y la anticorrección política están construyendo un nuevo sentido común*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2021.

STEPHENS-DAVIDOWITZ, Seth. *Todo mundo mente: o que a internet e os dados dizem sobre quem realmente somos*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

SZABO, Ilona. *A defesa do espaço cívico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. "Como importar uma guerra cultural: populismo conservador e a crítica ao multiculturalismo no Brasil". In: Barbara Heller; Danila Cal; Ana Paula da Rosa. (Orgs.). *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento*. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2020, v. 1, p. 131-158.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Paula Sibilía – Universidade Federal Fluminense – UFF

É professora do Departamento de Estudos Culturais e Mídia, bem como do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), na Universidade Federal Fluminense (UFF), além de ser pesquisadora bolsista PQ 1 do CNPq e "Cientista do Nosso Estado" da FAPERJ. Autora dos livros *O homem pós-orgânico: Corpo, subjetividade e tecnologias digitais* (2002), *O show do eu: A intimidade como espetáculo* (2008), e *Redes ou Paredes: A escola em tempos de dispersão* (2012), todos publicados também em espanhol. Fez graduação em Comunicação e em Antropologia na Universidade de Buenos Aires (UBA), mestrado em Comunicação (UFF), doutorado em Saúde Coletiva (IMS-UERJ) e doutorado em Comunicação e Cultura (ECO-UFRJ). Em 2012 realizou pós-doutorado na Université Paris VIII, da França, com bolsa da CAPES, e em 2019 outro na Universidad de Buenos Aires (UBA), da Argentina.

Email: paula_sibilía@id.uff.br